

# JORNAL DO SENADO

Órgão de divulgação das atividades do Senado Federal

Ano III - Nº 590 - Brasília, quarta-feira, 19 de novembro de 1997

## ACM acerta com Temer votação rápida do pacote

*Ao final de reunião que contou com a presença também de líderes do governo, presidente do Senado prevê exame das medidas econômicas até o dia 8 de dezembro. Ministros depõem em sessão no próximo sábado*



Antonio Carlos e Temer conversam, ladeados pelos líderes Elcio Alvares e José Roberto Arruda e observados pelo deputado Ronaldo César Coelho

O presidente do Senado, Antonio Carlos Magalhães, previu ontem a votação das medidas econômicas até o dia 8 de dezembro, dispensando a necessidade de reedição de medidas provisórias. A intenção foi anunciada ao final de reunião que ele manteve com o presidente da Câmara, Michel Temer, acompanhado de lideranças do governo. O presidente do Senado observou que não haverá necessidade de convocação extraordinária do Congresso por conta da apreciação das medidas. Informou ainda que os ministros Pedro Malan e Antonio Kandir falam ao plenário no próximo sábado. **Página 5**

## CCJ debate a legalização de jogos



Sob a presidência de Bernardo Cabral, a CCJ ouviu ontem Iris Rezende e outras autoridades do governo sobre a proposta de legalização dos jogos de azar. O ministro Pedro Malan deverá comparecer no dia 26. **Páginas 6 e 7**

**Empréstimo beneficia o ensino técnico**

Plenário aprova empréstimo de US\$ 250 milhões para o projeto de reformulação do ensino técnico. **Página 3**



Marluce Pinto (E), na presidência dos trabalhos da CPI do Congresso, ouve a deputada Célia Mendes

## CPI do Trabalho Infantil terá novas audiências

Novas audiências públicas, diligências por mais quatro estados e a prorrogação dos trabalhos da comissão. Essas foram as decisões tomadas pela CPI do Congresso que trata do trabalho infantil, ao se reunir no final da tarde de ontem sob a presidência da senadora Marluce Pinto (PMDB-RR).

A CPI deverá ter seus trabalhos estendidos por mais seis meses e planeja ouvir os ministros da Educação, Justiça e Trabalho, além da secretária nacional de Assistência Social, Lúcia Vânia, e do se-

cretário nacional de Direitos Humanos do Ministério da Justiça, José Gregori.

A comissão, cujos membros estiveram no estado do Rio Grande do Sul em maio deste ano, deliberou também promover diligências no Ceará, Rondônia, Pará e Rio de Janeiro, a fim de conseguir mais elementos para a elaboração de seu relatório final.

A relatora, deputada Célia Mendes (PTB-AC), apresentou um projeto de lei elaborado a partir do relatório preliminar, propondo determinações de proteção à criança e ado-

lescentes, tais como idade mínima para ingresso ao trabalho, proibição do trabalho com alto grau de risco à saúde e incentivo à matrícula e manutenção do menor na escola.

A senadora Emília Fernandes (PDT-RS) cobrou a adoção, por parte do Executivo, de medidas concretas com relação às questões sociais, principalmente as referentes ao menor trabalhador, que, segundo ela, já são oito milhões em todo o país. A comissão marcou uma nova reunião para a próxima terça-feira, dia 25, às 17h.

## Júnia pede ação do governo pela criança

A senadora Júnia Marise (PDT-MG) afirmou ontem que estaria disposta a sentar-se à mesa com o presidente Fernando Henrique Cardoso para discutir, com responsabilidade, programas sociais que possam salvar as crianças que estão abandonadas, na pobreza, na mendicância e na marginalidade.

Júnia Marise criticou o corte no Orçamento dos recursos previstos para as áreas de saúde e educação e destacou levantamento realizado pelo IBGE e pelo Unicef sobre a realidade social do país, mostrando que o Brasil perde apenas para o Haiti, no que toca à atenção dispensada às crianças entre zero e 14 anos.

Segundo a senadora, a pesquisa mostra que 40% da população infantil está hoje na mais completa miséria, o que, no entender da senadora, significa que nos últimos quatro anos não houve uma ação governamental capaz de colocar o dedo nessa ferida social, de estender as mãos para que essas crianças pudessem resgatar sua cidadania.

Júnia acrescentou que, de acordo com dados do IBGE e Unicef, 4 milhões e 600 mil crianças de 10 a 17 anos estão estudando e trabalhando; 2 milhões e 700 mil de 10 a 17 anos estão apenas trabalhando, fora da escola; 3 milhões e 500 mil de 10 a 17 anos estão trabalhando pelo menos 40



Júnia critica cortes na área social

horas por semana e 1 milhão de crianças estão procurando trabalho.

A senadora acrescentou que 658 mil crianças e adolescentes estão em busca de trabalho, o que significa que um contingente desses menores está vivendo de esmolas, exposto à marginalidade, à prostituição e às drogas. Júnia Marise disse, ainda, que 20 milhões de crianças e adolescentes vivem em famílias com renda inferior a meio salário mínimo, ou seja, 50% da população infantil está em absoluta miséria.

Em aparte, o senador Antonio Carlos Valadares (PT-SE) apoiou o discurso de Júnia Marise e criticou o aumento dos juros, o desemprego e o aumento do Imposto de Renda, medidas apresentadas pelo governo no pacote de ajuste fiscal. Valadares elogiou "a postura de estadista" do presidente do Congresso, Antonio Carlos Magalhães, que já se pronunciou contra o aumento do Imposto de Renda.

## Agenda do Dia

### PRESIDENTE

Antonio Carlos Magalhães

10h - Despacho interno

15h15 - Recebe Ralf Dahrendorf, membro da Academia Britânica

15h30 - Preside Sessão Deliberativa Ordinária do Senado Federal

### PLENÁRIO

14h30 - Sessão deliberativa ordinária

Pauta: Terceiro e último dia de discussão, em segundo turno, da "PEC nº 25/97 - altera dispositivos dos arts. 71 e 72 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, introduzidas pela Emenda Constitucional de Revisão nº 1, de 1994 (prorrogação do Fundo de Estabilização Fiscal - FEF); "PLS nº 25/97 - cria o Fundo de Terras; "PDL nº 8/97 - aprova o ato que renova a concessão da Rádio e Jornais do Ceará S/A para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade de Fortaleza, estado do Ceará; "PDL nº 9/97 - aprova o ato que renova a permissão da Fundação Cultural de Quedas do Iguaçu (Rádio Municipal de Quedas do Iguaçu) para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Quedas do Iguaçu, estado do Paraná; "PDL nº 29/97 - aprova o ato que renova a concessão outorgada à Rádio Londrina S/A para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade de Londrina, estado do Paraná; e "PDL nº 30/97 - aprova o ato que renova a concessão outorgada à Rádio Azul Celeste Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade de Americana, estado de São Paulo

### COMISSÕES

10h - Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania

Pauta: Apreciação de diversas matérias, destacando-

se: "PEC nº 25/96 - inclui o art. 74 no Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, de modo a estabelecer realização de plebiscito em 1998 quanto à manutenção ou extinção do voto obrigatório e acolhimento ou não da reeleição de mandatários de cargos executivos; "PEC nº 12/96 - cria Tribunais Regionais Federais; e "PLS nº 230/95 - dispõe sobre as operações de fomento mercantil - factoring

10h - Comissão de Assuntos Sociais

Pauta: Apreciação de diversas matérias, destacando-se: "PLS nº 216/95 - dispõe sobre a mineração em terras indígenas; "PLS nº 93/93 - proibe a exclusão de cobertura de despesas com tratamento de determinadas doenças em contratos que assegurem atendimento médico-hospitalar pelas empresas privadas de seguro-saúde ou assemelhadas; "PLS nº 161/97 - dispõe sobre os conselhos federal e regionais de contabilidade e regula a eleição de seus membros; e "PLS nº 259/96 - dispõe sobre a sistemática de saques do FGTS

9h às 18h - Comissão de Assuntos Sociais, juntamente com as entidades que compõem o Fórum Nacional de Segurança Pública

Primeira Conferência Nacional sobre Segurança Pública

9h - Designação das comissões temáticas e leitura do Regimento Interno

9h30 - Início das quatro oficinas (salas individuais)

14h30 - Apresentação dos relatórios pelos coordenadores das comissões temáticas

15h30 - Sessão plenária (debates). Definição de um documento final

17h30 - Leitura da Carta de Brasília

18h - Coquetel de encerramento

### ESPECIAL

12h - Solenidade em comemoração ao Dia da Bandeira. Em frente ao Congresso Nacional

## JORNAL DO SENADO

### MESA DO SENADO FEDERAL

Presidente: Antonio Carlos Magalhães

1º Vice-Presidente: Geraldo Melo

2º Vice-Presidente: Júnia Marise

1º Secretário: Ronaldo Cunha Lima

2º Secretário: Carlos Patrocínio

3º Secretário: Flaviano Melo

4º Secretário: Lucídio Portella

Suplentes de Secretário: Emília Fernandes - Lúcio Coelho

Joel de Holanda - Marluce Pinto

Diretor-Geral do Senado: Agaciel da Silva Maia

Secretário-Geral da Mesa: Raimundo Carreiro Silva

Diretor da Sec. de Comunicação Social - Fernando Cesar Mesquita

Diretor de Divulgação e Integração - Helival Rios

Diretor do Jornal do Senado - Flávio de Mattos

Diretor da Agência Senado - José do Carmo Andrade

www.senado.gov.br



Marluce explica sua participação

## Marluce Pinto dá sua versão sobre emendas de Roraima

A senadora Marluce Pinto (PMDB-RR) relatou ontem seu empenho, como coordenadora da bancada de Roraima, para que fossem apresentadas, dentro do prazo estabelecido, as emendas coletivas do estado ao Orçamento Geral da União para 1998.

Ela classificou o discurso da última sexta-feira do senador Romero Jucá (PFL-RR) sobre o assunto como "promoção pessoal, visando deixar seus colegas em apuros políticos".

Marluce requereu que fossem anexados, aos Anais da Casa, todos os documentos sobre a apresentação de emendas de bancada para que fique clara sua conduta no caso.

Ela explicou que conversou com os líderes dos três grupos políticos do seu estado buscando um acordo.

- Consegui que o senador Ney Suassuna, presidente da Comissão de Orçamento, marcasse uma reunião no dia 21 de outubro em seu gabinete, mas ninguém do grupo do senador Romero Jucá apareceu - assinalou.

De acordo com a senadora, no dia da apresentação das emendas na Comissão Mista de Orçamento, para sua surpresa, chegou um ofício do deputado roraimense Salomão Cruz retirando sua assinatura, com a alegação de que houve troca de algumas emendas.

- O acordo de três emendas para cada grupo político foi mantido e o documento ia com assinaturas de 3/4 dos parlamentares da bancada, o mínimo determinado pelo Regimento - acrescentou.

*Bernardo Cabral, presidente da comissão, indica Jefferson Péres como relator e plenário conhece parecer ainda hoje. Matéria gerou polémica na sessão de ontem*

# CCJ fará parecer sobre projeto que reduz endividamento público

O plenário do Senado decidiu ontem que a Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) analisará o projeto de resolução que obriga os estados e os municípios a comprovarem o uso de 75% dos recursos oriundos de privatização no pagamento de dívida pública. Foi aprovado requerimento com essa finalidade, por 32 votos contra 27 e três abstenções,



Bello Parga

apresentado pelo senador Bello Parga (PFL-MA). O projeto estará novamente hoje em vota-

ção pelo plenário.

O requerimento foi debatido por meia hora. Wilson Kleinübing (PFL-SC), um dos senadores que elaboraram o projeto, sustentou que a proposta não precisava ir à CCJ, pois a assessoria jurídica da Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) havia confirmado a constitucionalidade da resolução. Citando a Constituição,

Kleinübing ponderou que o projeto apenas acrescenta um item ao artigo da resolução do Se-

nado que trata de endividamentos estaduais e municipais (Resolução nº 69/95).

Também se manifestaram contra a análise na CCJ os senadores Esperidião Amin (PPB-SC) e Jäder Barbalho (PA), líder do PMDB. Jäder sustentou que a Resolução 69, que seria alterada pelo projeto, foi analisada pela CAE, sem passar pela Comissão de Justiça. A favor do requerimento, manifestaram-se os senadores Odacir Soares (RO),

líder do PTB, e Júnia Marise (PDT-MG). O líder do Bloco Oposição, senador José Eduardo Dutra (PT-SE), também apoiou o requerimento.

Aprovado o requerimento, o senador Bernardo Cabral (PFL-AM), presidente da CCJ, indicou o senador Jefferson Péres (PSDB-AM) para relatar a matéria. Jefferson solicitou

24 horas para apresentar seu parecer diretamente ao plenário, hoje.



Wilson Kleinübing

## Aprovado empréstimo para reformas do ensino técnico

O plenário aprovou também pedido do governo federal para tomar um empréstimo de US\$ 250 milhões junto ao Banco Interamericano de Desenvolvimento para reformular todo o sistema de escolas técnicas do país. O objetivo é criar um sistema de educação profissional separado do ensino médio e do ensino universitário.

Assim, as centenas de escolas técnicas do país oferecerão cursos profissionais e os cursos técnicos não serão mais equivalentes ao segundo grau, como hoje.

"Este é um projeto que vai

permitir ao país formar uma mão-de-obra melhor qualificada", afirmou o relator do pedido governamental, senador Ney Suassuna (PMDB-PB).

Os US\$ 250 milhões se somarão a uma contrapartida nacional de igual valor, totalizando um gasto de mais de R\$ 500 milhões para mudar as escolas técnicas do país, sejam elas federais, estaduais ou municipais.

Entre as mudanças, está a oferta de cursos por módulos, o que permite ao aluno se profissionalizar enquanto cursa o 2º grau ou voltar à escola para uma segunda

especialização.

Ainda na sessão de ontem, o plenário aprovou pedido do governo do Rio Grande do Sul para transferir à Caixa Econômica Federal dívidas bancárias que somam R\$ 139 milhões, dentro do Programa de Apoio à Reestruturação e ao Ajuste Fiscal dos Estados.

Também obteve aprovação do plenário uma solicitação da prefeitura de Linhares, no Espírito Santo, para tomar empréstimo da Caixa Econômica Federal, no valor de R\$ 2,3 milhões, a serem empregados em obras de esgoto e de pavimentação de ruas da cidade.

## Marinha ganha US\$ 8,8 bilhões para reaparelhar sua armada

O governo federal vai tomar um financiamento de US\$ 8,8 bilhões no Barclays Bank e no Banque Paribas, que serão usados no programa de reaparelhamento da Marinha brasileira. O senador Romeu Tuma (PFL-SP) informou aos senadores que os recursos serão usados na compra de armamentos, inclusive ca-

nhões, para equipar navios que estão sendo construídos no país para a Marinha.

O relator do pedido, senador Ney Suassuna (PMDB-PB), esclareceu que se trata apenas de uma parte do programa de reaparelhamento da Marinha. Romeu Tuma acrescentou que parte das armas serão importadas da Alemanha e o reaparelhamento per-

mitirá à Marinha dar maior apoio à Polícia Federal no combate ao tráfico de entorpecentes na Amazônia.

O senador Epitácio Cafeteira (PPB-MA) também apoiou o reaparelhamento da Marinha. Já o senador Lauro Campos (PT-DF) manteve sua posição contrária a qualquer financiamento externo.

## Dívida paulista na pauta de amanhã

O plenário votará amanhã o projeto de resolução que autoriza o governo do estado de São Paulo a renegociar, em 30 anos, a sua dívida mobiliária com órgãos do governo federal no valor de R\$ 46,5 bilhões, dentro do Programa de Apoio à Reestruturação e ao Ajuste Fiscal dos Estados. Requerimento de urgência do projeto foi aprovado pelos senadores da sessão de ontem.

Há duas semanas, a CCJ discutiu o assunto e decidiu que as dívidas paulistas oriundas de pagamento de precatórios, no valor de R\$ 1,54 bilhão, serão renegociadas para pagamento em apenas dez anos.

O projeto de resolução estabelece que o governo de São Paulo terá de destinar até 13% de sua receita líquida mensal no pagamento das dívidas que serão federalizadas.

*Sebastião Rocha antecipa que, entre as principais mudanças, está cobertura aos transplantes e a doenças e lesões preexistentes à data do contrato*

## Relator altera projeto sobre planos de saúde

O senador Sebastião Rocha (PDT-AP), relator na Comissão de Assuntos Sociais (CAS) do substitutivo da Câmara ao projeto de lei do Senado que dispõe sobre planos e seguros de saúde, disse ontem que, "do ponto de vista do consumidor, as profundas modificações propostas em seu relatório representam um aprimoramento substancial". Ele considera que o plenário do Senado poderá deliberar sobre a matéria ainda este ano, mesmo com um pedido de vistas na CAS, conforme acredita que ocorrerá.

- Sinto-me gratificado por



Rocha: várias inovações no relatório ter concluído o trabalho dentro do prazo regimental - afirmou.

O relator antecipou que, entre as principais mudanças constantes do substitutivo que acompanha o relatório a ser

apresentado hoje na CAS, está a disposição de que os planos de saúde deverão garantir cobertura a doenças e lesões preexistentes ao contrato de um plano, a transplantes, órteses e próteses, casos decorrentes de epidemias, catástrofes, guerras e comoções internas, assim como a gastos com medicamentos para tratamento ambulatorial ou domiciliar.

Ainda conforme Sebastião Rocha, o relatório veda a existência de planos ou seguros destinados a atendimento apenas ambulatorial, ou apenas hospitalar, ou apenas obstétri-

co. Todos os planos de saúde deverão cobrir as três modalidades. Somente para assistência odontológica é que o senador assegurou a oferta de planos ou seguros específicos.

O senador também retirou do projeto aprovado na Câmara a permissão da participação do capital estrangeiro na área de planos e seguros de saúde e estabeleceu que a suspensão e a denúncia unilateral do contrato só serão permitidas por motivo de fraude, vedadas nos casos de atraso no pagamento de mensalidades e de vigência de interinação dos beneficiários ou segurados.

## Reunião em Marabá discute projeto Salobo

O senador Ademir Andrade (PSB-PA) anunciou como um significativo avanço para o povo do sul do Pará a reunião marcada para amanhã, em Marabá, destinada a discutir com representantes da comunidade o projeto Salobo, de beneficiamento de minério de cobre.

- Este vai ser o primeiro projeto a ser impulsionado pela luta do povo - disse Ademir Andrade, lembrando ato público realizado no início deste mês em Marabá, que culminou com a interdição da ferrovia de Carajás. Conforme o parlamentar, o povo do seu estado não aceitará que o minério dali retirado seja beneficiado em nenhum outro lugar do mundo.

Ele informou que participação do encontro de amanhã representantes da Salobo Metais, da Companhia Vale do Rio Doce e da empresa Anglo-American, assim como da prefeitura de Marabá, da Câmara Municipal, de sindicatos e lideranças do Movimento pró-Salobo, na cidade.

Lembrando "os que defendem as teorias do neoliberalismo e o afastamento da população de qualquer processo de decisão política", o senador disse que essa pequena vitória do povo do sul do Pará significa que aquelas pessoas estão fazendo valer sua voz.

- O povo do Pará não quer ser, mais uma vez, apenas fornecedor de matéria-prima. Queremos também industrializar os nossos produtos - afirmou ainda o senador.

## Solenidade comemora Dia da Bandeira

O Senado realiza ao meio-dia de hoje, em frente ao prédio do Congresso Nacional, a solenidade de hasteamento da Bandeira Nacional. O evento contará com a presença do primeiro vice-presidente, senador Geraldo Melo (PSDB-RN), e faz parte das comemorações do Dia da Bandeira.

## Plenário faz hoje última votação do FEF

O plenário deve promover hoje a última votação da proposta de emenda constitucional que prorroga até 31 de dezembro de 1999 o Fundo de Estabilização Fiscal (FEF). Se aprovada em segundo turno, a emenda será promulgada pelas Mesas do Senado e da Câmara.

O FEF é constituído por recursos destinados constitucionalmente a algumas áreas e, conforme cálculos feitos pelo governo, a soma deve ficar próxima de R\$ 34 bilhões, os quais serão usados em investimentos federais, principalmente em educação e saúde. O relator do projeto é o senador Renan Calheiros (PMDB-AL).



Calheiros: relatório favorável



Sarney preside a reunião da Comissão de Relações Exteriores

## Comissão aprova as indicações de três novos embaixadores

A Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional aprovou no final da tarde de ontem os nomes dos diplomatas Bernardo Pericás Neto, Helder Martins de Moraes e Guilherme Fausto da Cunha Bastos para os cargos de embaixador do Brasil no Paraguai, Moçambique e República Árabe da Síria, respectivamente. Após o

pronunciamento dos diplomatas, a sessão, presidida pelo senador José Sarney (PMDB-AP), tornou-se secreta para arguição, pelos senadores, dos indicados ao cargo de embaixador. Os senadores José Sarney, Benedita da Silva (PT-RJ) e Romeu Tuma (PFL-SP) foram os relatores das mensagens, que tiveram parecer favorável.

## Jefferson fala da Revolução Russa de 1917

O senador Jefferson Péres (PSDB-AM) comentou ontem, em plenário, os paradoxos que marcaram a Revolução



Jefferson Péres

Russa de 1917 e o próprio comunismo, que, apesar de ter sido um regime criado em bases humanistas e apoiado por intelectuais, "transformou-se em uma máquina de destruir homens e mulheres de cultura, das letras e das artes, cujas aspirações de liberdade espiritual afiguravam-se insuportáveis" ao sistema. "A mim, pessoalmente, essa contradição diabólica sempre souo perturbadora e absurda", acrescentou.

- Juntos, Lênin e Stalin eliminaram mais comunistas que todos os regimes de direita somados. A Revolução Russa sulcou o século que agora se encerra com um rastro macabro de dezenas de milhões de cadáveres - afirmou o senador, ao registrar o relato do calvário de alguns intelectuais russos, "súditos da ditadura soviética devorados pela tortura".

Reunido com o presidente da Câmara, Michel Temer, e os líderes do governo no Congresso, Antonio Carlos Magalhães anunciou a formação de comissões mistas e a vinda dos ministros Malan e Kandir ao Senado, sábado

## ACM tenta votar pacote até 8 de dezembro

Votar as medidas econômicas até o próximo dia 8 de dezembro, dispensando a necessidade de qualquer reedição. Esse é o objetivo dos presidentes do Senado, Antonio Carlos Magalhães, e da Câmara, Michel Temer, que se reuniram ontem com as lideranças do governo no Congresso para ver como agilizar a apreciação das medidas provisórias baixadas pelo governo.



Ao lado de Temer, Antonio Carlos anuncia o dia 8 para o fim da votação

ajuste fiscal.

De acordo com o líder do governo no Congresso, "a decisão dos presidentes do Senado e da Câmara é um fato político da maior importância e dá sinal claro para os mercados interno e externo de que o Con-

gresso não se omitirá e cumprirá seu papel". As sessões extraordinárias programadas para o final de semana também contribuirão para permitir o cumprimento do objetivo de votar as medidas até a segunda semana de dezembro.

## Convocação, só por outros motivos

O presidente do Senado, Antonio Carlos Magalhães, disse que não haverá necessidade de convocar extraordinariamente o Congresso por conta das medidas.

- A votação dessas medidas provisórias não vai depender de sessão extraordinária - assegurou.

O senador esclareceu que estava aguardando chegarem as indicações, feitas pelas lideranças, dos nomes

dos deputados e senadores que integrarão as comissões mistas que examinarão as MPs e que serão instaladas hoje, quando será estabelecido o calendário dos trabalhos.

Antonio Carlos confirmou a vinda dos ministros Pedro Malan e Antonio Kandir ao Senado "para explicar as medidas e sua necessidade", e considerou "muito importante" o diálogo que deverá

ser estabelecido nessa oportunidade, e no qual a população será melhor esclarecida.

Quanto à emenda ao Imposto de Renda da Pessoa Física, de autoria do deputado Mendonça Filho, o senador disse que estava disposto a apresentar proposta semelhante, e reiterou que está trabalhando pela negociação de uma solução "boa para a população de baixa renda, sobretudo os assalariados".

## Malan e Kandir vêm ao plenário no sábado explicar alcance das medidas

Os ministros Pedro Malan e Antonio Kandir, "em atenção a reclamos da Comissão de Assuntos Econômicos", comparecerão ao plenário sábado pela manhã para expor e discutir com os senadores as 51 medidas de ajuste fiscal divulgadas pelo governo no início da semana passada.

A audiência pública, conforme Antonio Carlos, resultou "de idéia do senador José Eduardo Dutra, acolhida pela presidência da Casa e atendida pelos ministros".

Os ministros estavam inicialmente convocados para

comparecer à Comissão de Assuntos Econômicos do Senado.

O encontro de Antonio Carlos com as lideranças partidárias do Senado, na sequência de sua reunião com o deputado Michel Temer, foi para discutir a tramitação, na Casa, das medidas provisórias. Participaram, além de Arruda e Elcio Alvares, Jader Barbalho (PMDB-PA), José Eduardo Dutra (PT-SE), Epitácio Cafeteira (PPB-MA) e Sérgio Machado (PSDB-CE).

As lideranças dos partidos que apóiam o governo decidi-

ram indicar os mesmos parlamentares para todas as comissões mistas, sendo que os líderes serão membros titulares. O objetivo, segundo Elcio Alvares, é agilizar a tramitação e facilitar a atuação do grupo parlamentar de sustentação do governo.

Já a oposição, segundo José Eduardo Dutra, deverá indicar um representante diferente para cada comissão, a fim de ganhar maior poder de debate e espaço para pronunciamentos, nas situações em que as oito comissões realizarem reuniões conjuntas.

## Apoio ao governo não deve ser irrestrito, alerta Josaphat

O senador Josaphat Marinho (PFL-BA) afirmou ontem que "não era razoável, como não é, adotar medidas gravosas para toda a população sem distinguir os que são mais ou menos favorecidos". Por isso, na sua opinião, o Congresso e suas lideranças políticas, que não foram ouvidos previamente, devem "apoiar o governo, cooperando; apoiar, divergindo; e apoiar, selecionando", entre as medidas, aquelas que são adequadas e justas.

- Toda vez que o governo é unanimemente aplaudido, erra mais, e este é o caminho do Parlamento na vida democrática - frisou, lembrando que, com a Segunda Guerra Mundial em curso, Franklin Delano Roosevelt e Winston Churchill não deixaram de ser criticados pelos parlamentos americano e inglês.

Portanto, observou Josaphat Marinho, se "a crise presente não tem a dimensão de uma guerra universal", cabe constatar que não é razoável enfrentá-la "misturando providências de longo alcance com pequenas providências".

Além disso, para o senador, "apesar das advertências que lhe foram feitas, o governo não estava preparado para adotar um conjunto de medidas racionalmente planejado", como o teria praticamente confessado o secretário-executivo do Ministério da Fazenda, Pedro Parente, ao dizer que as 51 medidas foram definidas no final da tarde do dia 9, um domingo, às vésperas de sua divulgação.

Segundo Josaphat Marinho, classificar de "defensores dos poderosos" os que se manifestaram publicamente contra o aumento indiscriminado do Imposto de Renda da Pessoa Física, como o fez o presidente

do Senado, Antonio Carlos Magalhães, é esquecer que "os poderosos é que não pagam devidamente o IR no país, enquanto os assalariados pagam mais".

Josaphat salientou que o presidente dos EUA, ao se deparar com uma crise de proporção, sempre convoca os líderes dos dois partidos para informá-los sobre a situação e pedir seu apoio. "O governo brasileiro deveria ter ouvido as forças políticas, inclusive as da oposição, que integram o governo como elementos de crítica e correção", ponderou.

Em aparte, o senador Gerson Camata (PMDB-ES) assinalou que os governos não fazem o que querem, mas o que podem, diante das circunstâncias com que se deparam, e que FHC, antes da crise, fez veementes apelos ao Congresso pela aprovação



Josaphat: governo precisa ouvir antes

das reformas constitucionais. Pedro Simon (PMDB-RS) propôs que o governo convoque todas as lideranças políticas para discutir soluções à crise. O líder do governo no Congresso, senador José Roberto Arruda (PSDB-DF), por sua vez, frisou que a crise estourou numa sexta-feira e na segunda-feira o governo deveria dar uma resposta ao mercado. Foi o que o Japão teve que fazer no último fim de semana, comparou.

# LEGALIZAÇÃO DO JOGO

## Ministros divergem na CCJ sobre proposta

O ministro da Justiça, Iris Rezende, e o secretário-executivo do Ministério do Trabalho, Antônio Augusto Anastasia, em audiência pública ontem na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) sobre o projeto de lei que legaliza a prática dos jogos de azar, manifestaram-se favoráveis à aprovação da proposta, enquanto o ministro interino da Indústria, do Comércio e do Turismo, Paulo Jobim Filho, declarou que o país não precisa da legalização do jogo para crescer no setor de turismo.

Convocado para a audiência pública, o ministro da Fa-

zenda, Pedro Malan, não compareceu, o que gerou protestos na CCJ e o exame da possibilidade de abertura de processo contra o ministro, por crime de responsabilidade.

O presidente do Senado, Antonio Carlos Magalhães, compareceu à comissão para garantir que Malan participará de um novo debate sobre a legalização dos jogos de azar, em data a ser acertada. Segundo o presidente da CCJ, senador Bernardo Cabral (PFL-AM), Antonio Carlos Magalhães foi à comissão solidarizar-se com seus integrantes e impedir que se criasse "um constrangimento maior".

### Justiça e Trabalho são favoráveis, com cautelas

Primeiro a falar na audiência pública realizada ontem pela CCJ, o ministro da Justiça, Iris Rezende, esclareceu ser pessoalmente contra a legalização dos jogos de azar, por visarem ao ganho de prêmio e dinheiro fáceis e trazerem muitas vezes a ruína de famílias inteiras, que "se desesperam ao ver um ente querido em um caminho de difícil regresso, vício que tem efeitos tão devastadores quanto o fenômeno *El Niño*".

Porém, como homem público, não posso deixar de ignorar o reclamo de uma parcela significativa da sociedade que tem interesse oposto. Creio que os jogos poderão ser legalizados, trazendo benefícios à economia do país, com aumento significativo da oferta de empregos, bem como o fomento do turismo e o incremento da receita tributária - acrescentou.

Iris Rezende entende que a legalização dos jogos deve ser feita de modo racional e com todas as cautelas, estabelecendo a lei limites claros, com criteriosa contenção aos excessos que possam ser cometidos. Segundo ele, caberá ao Estado criar "aparelhos fiscalizadores para conter a formação de eventuais qua-

drilhas, ou pior, a importação de criminosos ávidos por um novo território de ação".

O ministro lembrou que os jogos foram banidos do país em 1946, e que os carteados, mantidos pelas entidades recreativas, sociais, culturais, beneficentes e esportivas, desde que autorizados na forma do Decreto 50.776/61, são desqualificados como jogos de azar, pois a permissão é feita em atenção às finalidades das associações, ao caráter quase privado e restrito às reuniões de seus participantes, com rendimento revertido em favor de objetivos sociais.

Já o ministro interino do Trabalho, Antônio Augusto Junho Anastasia, que também participou do debate, destacou que "qualquer iniciativa formal, legal e lícita para geração de empregos e renda será bem-vinda pelo Ministério do Trabalho". Antônio Anastasia citou ainda que, com a aprovação do projeto de lei da Câmara, haverá comprometimento de se utilizar mão-de-obra local, incluindo idosos e portadores de deficiência física, além de programas de formação e treinamento com efetivo aproveitamento de profissionais em hotelaria, turismo e serviços afins.



Na reunião da CCJ presidida por Bernardo Cabral, Iris Rezende apoia com cautela a legalização dos jogos

### Para MICT, turismo não precisa de cassinos

As taxas de crescimento do setor de turismo no Brasil demonstram que "o país tem um potencial e está exercendo essa capacidade sem a necessidade de legalização do jogo". A afirmação foi feita pelo ministro interino da Indústria, do Comércio e do Turismo, Paulo Jobim Filho, durante a audiência promovida ontem pela CCJ. Segundo ele, o ministério não está convencido de que exista uma correlação forte entre o turismo e a abertura de cassinos.

Paulo Jobim Filho informou que há um aumento do fluxo de turistas no Brasil e um crescimento médio nacional da ordem de 5,7% nas taxas de ocupação dos hotéis - no Rio de

Janeiro e em São Paulo, esse índice é superior a 12%. Lembrou que há diversos projetos em desenvolvimento na área de turismo, citando a destinação de R\$ 1 bilhão, pelo BNDES, para financiamentos ao setor privado, a alocação de R\$ 49 milhões para a melhoria e a ampliação de aeroportos de capitais nordestinas e a previsão de construção de 200 hotéis até 1999.

#### TREINAMENTO

O ministro interino informou também que entre 1996 e 1997 foram destinados R\$ 27 milhões ao Plano Nacional de Educação Profissionalizante para o Turismo, com o treinamento de 72 mil pessoas, e que R\$ 670 milhões estão sendo

aplicados nas regiões turísticas do Nordeste, mediante financiamento do BID, em obras de infra-estrutura. Paulo Jobim Filho citou, finalmente, o Programa Nacional de Municipalização do Turismo, que já atendeu a mais de 1.500 municípios, e a existência de "uma forte campanha no exterior, divulgando as potencialidades do país".

O ministro interino deu exemplos de lugares com uma grande receita proveniente do turismo onde não há cassinos legalizados, como o México, ou onde os cassinos não chegam a ter representatividade estatística, como o Reino Unido.

### Cafeteira cobra medidas contra bingos na TV

O senador Epitácio Cafeteira (PPB-MA) aproveitou o debate sobre os jogos de azar, em audiência pública na CCJ, para cobrar providências do Ministério da Justiça quanto aos bingos, sorteios e jogos promovidos pelas emissoras de televisão.



Epitácio Cafeteira

- Todo mundo joga, principalmente o pobre. O que o ministério pode fazer para evitar que um jovem pegue o telefone para participar de um sorteio divulgado na televisão? Os cassinos estão entrando nas casas. Jogar

passou a ser um passatempo nacional. Tenho certeza de que tem gente deixando de comprar o leite das crianças para ver se há possibilidade de resolver seu problema financeiro - concluiu.

Já o senador Jefferson Péres (PSDB-AM) lamentou que o Ministério do Trabalho não dispusesse de um levantamento sobre o total de impostos gerados pelo jogo nos países vizinhos ao Brasil. O senador perguntou ao ministro Iris Rezende sobre os efeitos negativos

da legalização dos jogos de azar: "Existe algum levantamento sobre a legalização do jogo e atividades marginais? Há realmente subprodutos, como o aumento do narcotráfico e da prostituição e a lavagem de dinheiro?"

O ministro da Justiça disse que, de acordo com dados levantados em sua área, não há correlação entre o jogo e a prostituição. Declarou também que, quanto ao "esquentamento" de dinheiro, o que há é que, nos países que exploram o jogo, a legislação foi aperfeiçoada a tal ponto que "não dá oportunidade a que as pessoas venham, através do jogo, legalizar recursos oriundos de práticas criminosas".

## LEGALIZAÇÃO DO JOGO

## Depois da polêmica, Malan ganha nova data para depor

A Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) aceitou ontem, em reunião pela manhã, marcar uma nova data para o ministro da Fazenda, Pedro Malan, comparecer à comissão a fim de debater com os senadores o projeto sobre a legalização da prática de jogos de azar. À tarde, o presidente da CCJ, senador Bernardo Cabral (PFL-AM), encaminhou ofício ao ministro, convocando-o para o próximo dia 26.

A sugestão de marcação de nova data foi feita pelo presidente do Senado, Antonio Carlos Magalhães, depois que Malan faltou à audiência pública convocada para discutir a proposta. Cabral anunciou que a votação da matéria, que tem parecer favorável do relator, senador Edison Lobão (PFL-MA), não será realizada na reunião da CCJ prevista para hoje, mas, sim, na próxima semana, após a audiência do ministro.

No momento em que Antonio Carlos chegou à CCJ, Bernardo Cabral estava colocando em votação que medida deveria ser adotada diante da ausência do ministro



Cabral condenou ausência

Malan à audiência pública a que compareceram o ministro da Justiça, Iris Rezende, e os ministros interinos do Trabalho e da Indústria, do Comércio e do Turismo, para discutirem a legalização dos jogos.

Os senadores estavam divididos entre o enquadramento do ministro da Fazenda no artigo 50 da Constituição, que prevê crime de responsabilidade por ele haver desconhecido a convocação que lhe fora encaminhada, e uma nova data para seu comparecimento.

Resaltando seu apreço pela CCJ, Antonio Carlos observou que concordava com as ponderações de Cabral e de Jefferson Péres (PSDB-AM), que reclamavam da fal-

ta de atenção de Malan. A convocação, observou Cabral, foi entregue ao ministro da Fazenda no dia 28 de outubro passado e mesmo assim Malan não encaminhou qualquer informação sobre a impossibilidade de seu comparecimento.

No entanto, o presidente do Senado chamou a atenção para o fato de que as medidas relacionadas ao ajuste fiscal devem ter prioridade neste momento, "e era delas que Malan estava cuidando", assegurou. Além disso, Antonio Carlos considerou que a discussão sobre a legalização da prática dos jogos poderia ficar para outra oportunidade.

Durante a reunião, os senadores da CCJ foram informados de que havia chegado à secretaria da Comissão, às 11h40, ofício do ministro Malan comunicando que, apesar do interesse em participar da audiência, não poderia comparecer devido a "compromissos inadiáveis, não previstos anteriormente". No aviso - inicialmente enviado sem a assinatura do ministro, falha depois corrigida -, Malan solicitava "o possível adiamento" do debate.

## Seminário reúne área de comunicação social e assessores de gabinetes

O diretor da Secretaria de Comunicação Social do Senado (SECS), Fernando Cesar Mesquita, ressaltou ontem a importância da troca de informações entre as assessorias dos senadores e os veículos de divulgação do Senado para que a instituição possa dar uma resposta cada vez mais positiva e transparente à sociedade sobre o trabalho parlamentar. A manifestação foi feita durante o seminário "A Comunicação Social no Senado e os Gabinetes Parlamentares".

Mesquita explicou as características dos órgãos de comunicação da Casa. Assinalou que as emissoras, geralmente, não cobrem as sessões plenárias e a TV Senado permitiu que a população tivesse acesso a "debates do mais alto interesse do país".

Em relação à Agência Senado e ao *Jornal do Senado*, o diretor da SECS lembrou que estão disponíveis aos usuários da Internet notícias em tempo real sobre as atividades da Casa.

Mesquita salientou que a proposta da Rádio Senado é divulgar os trabalhos da Casa no Distrito Federal em todo o país, por meio de satélite. Quanto às Relações Públicas, ele salientou que o objetivo é melhorar a imagem do Senado.

O senador Leonel Paiva (PFL-DF) compareceu ao seminário e elogiou o trabalho da Comunicação Social do Senado, destacando que a divulgação da atividade parlamentar é muito importante para a formação da cidadania dos brasileiros.

## Líder vê hipocrisia na discussão

O líder do governo no Senado, Elcio Alvares (PFL-ES), admitiu que "está havendo hipocrisia" na maneira como os jogos de azar estão sendo tratados no país. A afirmação foi feita após exposição do empresário da indústria do jogo, Ciro Batelli, durante a audiência pública na CCJ sobre projeto de lei da Câmara que trata da legalização dos cassinos e do jogo do bicho.

O empresário, radicado no Estados Unidos, procurou, durante cerca de uma hora, mostrar aos membros da comissão que a legalização do jogo poderá representar uma oportunidade para a

ampliação do mercado de trabalho, o aumento da arrecadação fiscal e o crescimento da indústria do turismo no Brasil.

## MECANISMOS

Respondendo a perguntas dos senadores Esperidião Amin (PPB-SC), Levy Dias (PPB-MS), Lúcio Alcântara (PSDB-CE), Pedro Simon (PMDB-RS), Bello Parga (PFL-MA) e Ernandes Amorim (PPB-RO), Ciro Batelli garantiu que atualmente existem mecanismos capazes de impedir que os cassinos se tornem pontos para o narcotráfico, prostituição ou lavagem de dinheiro. Segundo ele, basta para isso que sejam adotados os mecanismos que já vigoram nos EUA, onde os

problemas dessa natureza são praticamente inexistentes.

O presidente da CCJ, Bernardo Cabral (PFL-AM), antecipou que não é a favor da legalização do jogo. No entanto, admitiu que a exposição de Ciro Batelli esclareceu muitas dúvidas.

Por sua vez, o relator do projeto, senador Edison Lobão (PFL-MA), após ter elogiado a clareza e a contribuição da palestra, protestou contra a intervenção do ministro interino da Indústria, Comércio e Turismo, segundo o qual a liberação dos cassinos não trará qualquer contribuição para o incremento do turismo no Brasil.

## TV SENADO HOJE

24 horas no ar

- 7h - Entrevista com o senador José Alves (PFL-SE) sobre o projeto de contrato temporário de trabalho (inédito)
- 7h30 - "Jornal da Amazônia" (reapresentação)
- 7h40 - "Senado em Pauta"
- 8h - Debate com o senador Eduardo Suplicy (PT-SP) e a ex-ministra do Planejamento, deputada Yeda Crusius (PSDB-RS) sobre os últimos ajustes fiscais (reapresentação)
- 9h30 - Entrevista com o senador José Alves (reapresentação)
- 10h - Comissão de Assuntos Sociais (vivo)
- 14h30 - Sessão plenária (vivo)
- Logo após - Comissão de Constituição e Justiça (gravado)
- 20h30 - "Congresso Hoje"
- 21h - Sessão plenária (reapresentação)
- 0h30 - "Congresso Hoje" (reapresentação)
- 1h - Debate com o senador Eduardo Suplicy e a ex-ministra do Planejamento, deputada Yeda Crusius (reapresentação)
- 2h - "Jornal da Amazônia"
- 2h30 - Sessão plenária (reapresentação)
- 6h30 - "Congresso Hoje" (reapresentação)
- 6h40 - "Senado em Pauta" (reapresentação)

## RÁDIO SENADO HOJE

24 horas no ar

- 7h30 - "Jornal do Senado" (1ª edição)
- 7h40 - Música e informação
- 10h - Comissão de Assuntos Sociais
- Em seguida - Música e informação
- 13h30 - "Jornal do Senado" (2ª edição)
- 13h45 - Música e informação
- Em seguida - Música e informação
- 14h15 - "Plenário em revista"
- 14h30 - Sessão plenária
- Em seguida - Música e informação
- 19h - "A Voz do Brasil"
- 20h - Música e informação
- 22h30 - "Jornal do Senado" (3ª edição)
- 22h45 - Música e informação
- 0h - Retransmissão da sessão plenária
- 4h - Música e informação até as 7h30

## Dois dias de ótimo debate, diz Ademir

O senador Ademir Andrade (PSB-PA) considerou "extremamente importante" a realização da I Conferência sobre Segurança Pública, porque reúne "as pessoas e entidades diretamente envolvidas no assunto". Um dos debatedores do encontro, Ademir disse que os interessados na questão tiveram a oportunidade de discutir a proposta de emenda constitucional que o Executivo, sem ouvir a sociedade, enviou ao Legislativo e que está em tramitação na Câmara dos Deputados.

- Essas pessoas, em princípio, rejeitam totalmente as modificações apresentadas e buscam novas alternativas, que provavelmente devem sair ao final desses dois dias de debates, que se encerram com a divulgação da Carta de Brasília. E tenho certeza de que haverá sensibilidade do Congresso Nacional em atender as reivindicações dos interessados - declarou.

Ademir Andrade destacou que o encontro contribuiu também para uma "grande e profunda reflexão, para se ter consciência de saber a quem serve a segurança pública em nosso país".

## Presidente da UNE visita Antonio Carlos

O presidente do Senado, Antonio Carlos Magalhães, recebeu ontem o presidente da União Nacional de Estudantes (UNE), Ricardo Cappelli, e a presidente da Organização Continental, Caribenha e Latino-Americana de Estudantes (Oclae), Kenia Cerrado, que foram convidar o parlamentar a apoiar e participar do XI Congresso Latino-Americano de Estudantes, previsto para fevereiro de 1998 em Brasília.

De acordo com os líderes estudantis, Antonio Carlos manifestou interesse pelo evento.



Conferência discute a segurança no Brasil

*Objetivo de conferência é levantar informações que serão utilizadas no exame da proposta de emenda constitucional do governo*

# Senadores colhem subsídios sobre a segurança pública

O senador Romeu Tuma (PFL-SP), primeiro orador da I Conferência Nacional sobre Segurança Pública, aberta ontem no Auditório Petrônio Portella, do Senado, ressaltou que não se pode unicamente responsabilizar as polícias militares pelo aumento da criminalidade no Brasil, mas sim a falta de vontade política das autoridades. Na sua opinião, os recursos materiais e humanos colocados à disposição dos órgãos responsáveis pelas polícias judiciárias estão muito aquém das necessidades básicas do setor, que vive uma "realidade interna, dentro da própria comunidade policial, caótica".

Tuma sugeriu que, nos deba-

tes, seja levada em conta uma proposta de polícia comunitária, já experimentada nos Estados Unidos, composta por segmentos da União, dos estados e dos municípios ou do Distrito Federal, em integração com a comunidade civil.

As entidades policiais que também compõem o fórum querem rejeitar, na totalidade, o capítulo inserido na PEC que extingue os órgãos de segurança nacional. Propõem ainda, em manifesto distribuído na conferência, melhor remuneração para o policial em todas as instâncias e mecanismos de punição mais céleres e eficientes.

O senador Ademir Andrade

(PSB-PA), na qualidade de presidente da Comissão de Assuntos Sociais, abriu a conferência afirmando que as discussões oferecerão subsídios para deliberar sobre a proposta de emenda constitucional do Executivo, em tramitação na Câmara, que reformula a segurança pública no país.

A conferência servirá para que as entidades participantes discutam a emenda antes que ela chegue ao Senado, propiciando aos senadores a oportunidade de apresentar uma proposição definitiva. A conferência é promovida pelas entidades que compõem o Fórum Nacional de Segurança Pública, com apoio da CAS.

## Emília e Benedita criticam a PEC

A proposta de emenda constitucional (PEC) apresentada pelo governo que trata da desconstitucionalização da segurança pública foi criticada pela senadora Emília Fernandes (PDT-RS), durante os debates na manhã de ontem da conferência.

- Temos que valorizar quem tem responsabilidade de garantir nossa segurança - disse a senadora, ao fazer uma avaliação sobre a violência no país.

Segundo Emília, a responsável pela violência nos grandes centros é a exclusão social de segmentos da sociedade que não contam com o apoio das autoridades constituídas. Ela disse que o grande desafio é a reestruturação e fortalecimento dos órgãos de segurança pública, para bem servir à sociedade.

A senadora Benedita da Silva (PT-RJ) defendeu um debate nacional sobre segurança pública e disse que o país

precisa ser rediscutido para se fazer uma "reforma da inclusão" e não da exclusão.

O presidente do Sinpol (Sindicato dos Policiais Civis do Distrito Federal), Hugo de Souza, e o conselheiro federal da Ordem dos Advogados do Brasil, Paulo Lopo Saraiva, também criticaram a proposta de emenda constitucional formulada pelo Executivo para modificar o capítulo de segurança pública.



Suassuna: convênio inviável

## Nordeste tem dificuldade de provar receita

O senador Ney Suassuna (PMDB-PB) manifestou-se ontem preocupado com a situação dos municípios do Nordeste, obrigados a provar uma receita municipal de no mínimo 0,5% de arrecadação própria para conseguirem realizar convênios com o governo federal.

Ele disse que essa norma governamental inviabiliza a maioria dos municípios do Nordeste, cuja arrecadação é irrisória. Suassuna informou que 82 municípios paraibanos não tiveram como cumprir essa exigência para firmar convênios com a União em 1997.



Arruda: parabéns à associação

## Arruda registra os 30 anos da Assefe

O senador José Roberto Arruda (PSDB-DF) registrou ontem os 30 anos da Associação dos Servidores do Senado Federal (Assefe), destacando que essa entidade reúne, historicamente, um quadro de servidores da maior competência e de grande preparo intelectual. Arruda lembrou que a atual diretoria da associação é composta por antigos servidores da Casa e congrega toda a família dos funcionários do Senado.